

Candidatos azarões querem salvar o Brasil

Seus partidos não podem disputar a Presidência, mas eles sonham repetir o fenômeno Collor. Um empresário, um advogado e um ex-mendigo têm planos para salvar o Brasil

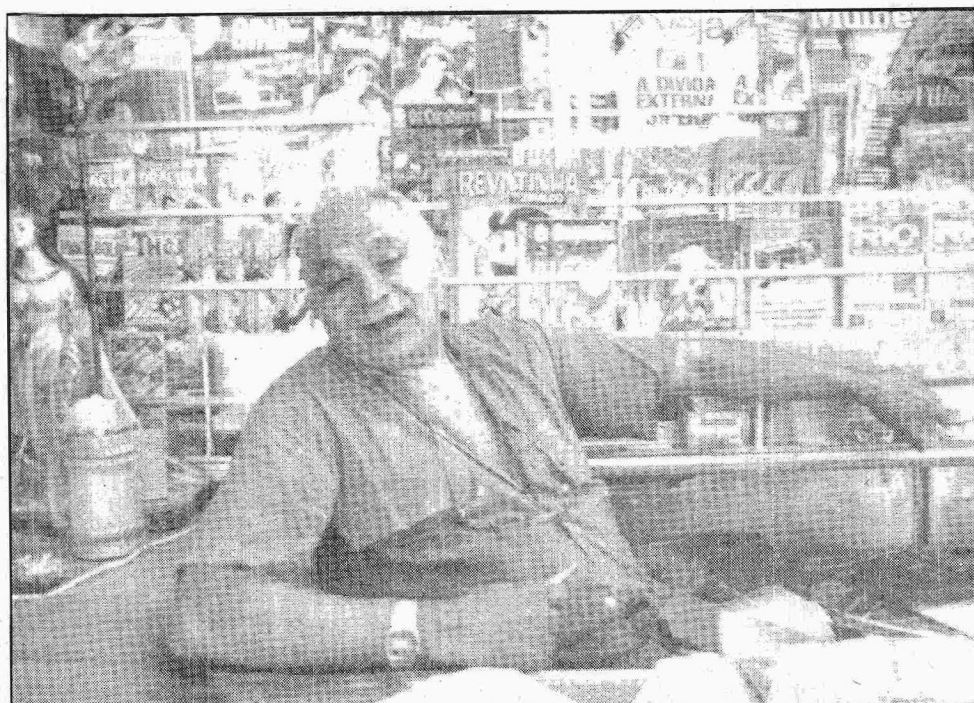
Cezar Motta

Um deles é rico, empresário operoso e bem-sucedido que conseguiu até tornar-se razoavelmente conhecido no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte-Brasília com seus pequenos cartazes "PG — 100 anos em 5", tabuletas brancas com letras vermelhas espalhadas em postos e árvores das quatro cidades. Outro é pobre, já foi até mendigo, situação da qual só saiu quando conseguiu emprego de "office-boy" em um laboratório que funcionava no centro do Rio de Janeiro. "Para acabar com a inflação, Júlio Nascimento é a solução", é o seu *slogan*. Ele é proprietário de uma banca de jornal no Rio e conselheiro da Ordem dos Músicos do Brasil.

O terceiro é advogado, cientista político e jornalista bissexto no Paraná. Em sua peregrinação rumo ao planalto só conseguiu percorrer umas poucas cidades do recém-criado estado do Tocantins e de Minas Gerais, além de Goiânia e Brasília. Mas é um otimista incorrigível e sua plataforma traz a constituição de um Estado nacional comunitário, baseado no poder dos municípios.

São homens sonhadores, que criaram seus próprios partidos para realizar um antigo desejo: ser presidente da República, posto a partir do qual esperam resolver todos os problemas nacionais, ou pelo menos deixar tudo mais ou menos bem encaminhado para as próximas gerações. Os três só têm um problema: foram atropelados pela legislação eleitoral aprovada pela Câmara dos Deputados. Seus partidos, o PP (partido do Povo), de Paulo Gontijo, o PRM (Partido da Renovação Moral), de Júlio Nascimento, e o PMC (Partido Municipalista Comunitário), de Teolino Mendonça, mais três siglas nesta sopa de letrinhas da armação do quadro sucessório, não têm nenhum parlamentar com mandato federal. Sendo assim, não podem ter candidato a presidente. "Mas esta exigência é inconstitucional, e acredito que o presidente Sarney vá vetá-la, sem contar que o Tribunal Superior Eleitoral deverá modificá-la", acredita Paulo Gontijo.

Eis os nossos quixotes, que acreditam poder repetir o fenômeno Fernando Collor de Mello se tiverem chances de aparecer na televisão e expor suas idéias.



JÚLIO NASCIMENTO

Ele quer uma coligação com Collor e disputar a cabeça de chapa

Cassinos e lei do inquilinato

Da Praça Mauá, como mendigo, ao Palácio do Planalto, como presidente da República. Esta é a trajetória que o jornalista e compositor popular Júlio Nascimento espera cumprir em sua existência. Ele veio do Rio Grande do Norte como moço pobre, pediu esmolas na Praça Mauá, zona portuária e boêmia do Rio de Janeiro, conseguiu emprego como contínuo em um laboratório no centro da cidade e hoje, aos 59 anos, é dono de sua própria banca de jornais, tem uma biografia já escrita e espera de um editor interessado (*O Drama e a Vida de Júlio Nascimento*) e uma música gravada por Ruy Maurity, *Nem Ouro nem Prata*.

Ele já foi candidato a governador em 1965, mas segundo ele próprio, retirou a candidatura para apoiar Negrão de Lima, que lhe teria oferecido "uma pasta no governo". Negrão ganhou, pelo MDB, mas não cumpriu a promessa. Em 1976 conseguiu 1 mil 450 votos como candidato a deputado federal pela Arena. Candidatou-se de novo em 1982 e 1986, sempre pelo PDS, e conseguiu ser suplente, porque teve boa votação. "Não me elegi por culpa do partido, desgastado com tantos anos de regime militar". Por causa disso, resolveu fundar seu próprio partido, o Partido da Renovação Moral, para o qual já pediu registro provisório. "Vou procurar o Collor e propor a ele uma coligação, com um dos dois ficando como cabeça-de-chapa. O Brizola eu não penso em procurar, porque ele não abriria mão de ser o cabeça, e assim não dá nem para começar a negociar", diz Júlio.

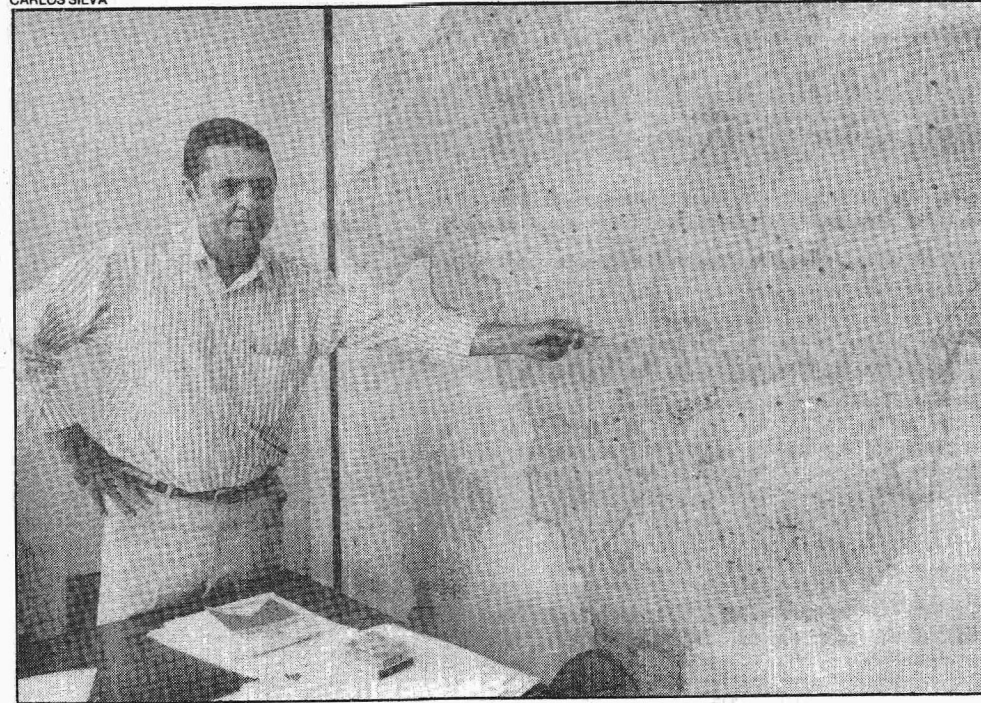
Elegante, o candidato só anda de terno quando não está em sua banca de jornais. Só bebe champanhe, e sua plataforma inclui a revisão da Lei do Inquilinato, a criação de um ministério técnico para ajudar os desamparados da sorte, investir na educação e legalizar o jogo do bicho e os cassinos, "duas boas fontes de recurso".



TEOLINO MENDONÇA

Conselho de municípios forte

CARLOS SILVA



PAULO GONTIJO

Sua plataforma prevê a construção de rodovias e hidrovias

Com Deus no nome, muitas reformas

Teolino Mendonça tem Deus no nome e a simpatia dos homens do interior, um ar ingênuo e amigável, mas seus sonhos não são tão simples: ele quer mudar a Constituição, tendo como ponto de partida sua plataforma municipalista e comunitária. Para ele, a base de tudo são as pequenas comunidades, os municípios, que sabem avaliar melhor do que qualquer poder central suas próprias necessidades e carências. Para o governo federal ficariam apenas a política externa, as questões monetárias, política de tecnologia e setores estratégicos, como a mineração.

"O que pode ser feito pelo município não deve ser realizado nem pela União nem pelos estados", é o lema de Teolino.

Nas mudanças que pretende promover na Constituição inclui-se a criação de um Poder Moderador, "capaz de assegurar a própria soberania dos três poderes da República". O Poder Moderador teria a seguinte composição: três representantes do Executivo, três do Legislativo, uma das Forças Armadas. Este Poder teria força para vetar qualquer iniciativa, ato ou lei que julgasse desagregadora da República, danosa às instituições ou nociva à sociedade. Sua plataforma reestrutura todo o Poder Judiciário, alterando inclusive o método de escolha de seus membros. Aham pouco? Então lá vai mais: ele quer também criar um Conselho Nacional formado por representantes dos municípios e que teria tanta força quanto o Congresso Nacional.

Todas estas medidas ele propõe como atacado. No varejo ele também é devastador: quer acabar com as mordomias, os privilégios de grupos, executar uma reforma agrária realmente revolucionária, uma reforma tributária ainda mais descentralizadora do que a da nova Constituição e muitas outras reformas tão ansiosamente esperadas pela população brasileira há várias décadas.

Ele foi candidato a governador do Paraná e a Prefeito de Curitiba nas últimas eleições e é o fundador do Partido Municipalista Comunitário.

Rodovias e vilas agroindustriais

Paulo Gontijo, empresário, mineiro de Bom Despacho, quatro filhos, 57 anos aparentando menos de 50, tem solução para praticamente todos os problemas do Brasil.

A dívida externa, por exemplo. Ele tem uma fórmula que, garante, nenhum banqueiro internacional rejeitaria. E, realmente, é simples. O Brasil deve 110 bilhões de dólares, e já pagou mais do que isso só de juros acumulados. A proposta a ser feita seria pagar tudo em 20 anos: 2,6 bilhões de dólares no primeiro ano e pagamentos gradativamente maiores até chegarmos a uma parcela de 11 bilhões de dólares no último dos 20 anos.

Este parcelamento, segundo Gontijo, daria fôlego e capitalizaria o país para investir no seu grande projeto, o Plano PG: integrar totalmente o país, principalmente o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de rodovias e hidrovias, ao longo das quais seriam construídas 30 cidades agroindustriais, com infraestrutura e condições humanas de sobrevivência. "Estes pólos atrairiam todo o excedente populacional que hoje está praticamente excluído da economia em todas as regiões do País. Desincharia o Sudeste e abriria novas esperanças para os nordestinos".

Gontijo explica que 86 por cento do território brasileiro está abandonado, um total de 600 milhões de hectares de terra inteiramente vazios. E terra perfeitamente aproveitável para agricultura. "Ninguém, nenhum país do mundo tem este potencial. E só uma questão de fertilizar tudo, à base de fósforo, cálcio, nitrogênio e potássio".

Ele pretende começar o projeto com uma rodovia que partiria do Nordeste, da Bahia, atravessaria o Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará, Amazônia, Acre, Roraima, Amapá, Belém. As margens, ficariam as cidades agroindustriais. Essas rodovias seriam complementadas com hidrovias. Construiria ainda 60 pequenas hidrelétricas e investiria maciçamente no ensino de 1º e 2º graus, "porque sem educação não adianta investir em nada".

Enquanto não chega ao Palácio do Planalto, ele mostra que pelo menos como empresário suas idéias dão certo: tem usinas e destilarias, fazendas, fábricas de adubos, tudo em Goiás, nas cidades de Cristalina e Ipameri. Em Cristalina, uma de suas fazendas está aos poucos se tornando uma das pequenas cidades agroindustriais que sonha ver espelhas pelo País. Já construiu mais de 80 casas para seus empregados, com água, luz, esgoto, escola e infra-estrutura.